



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

PROCESSO Nº 37579/2018-e

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

ASSUNTO: **Consulta**

EMENTA: Consulta formulada pelo Sr. Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, envolvendo indagações acerca de critérios e requisitos de reconhecimento, como tempo de serviço público, de período escolar de aluno-aprendiz em Escola Pública Profissional, para fins previdenciários.

Decisão nº 4.382/2018 (Processo nº 27883/2018-e) - ausência de parecer técnico-jurídico da Administração a que alude o artigo 264, § 1º, do RI/TCDF. Requisitos de admissibilidade da consulta não preenchidos. Arquivamento.

Nova consulta.

**Conhecimento. Considerações. Resposta à consulta. Arquivamento.**

Senhor Diretor,

## **1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Diretor-Geral da PCDF, mediante Ofício SEI-GDF nº 408/2018-PCDF/DGPC/ASS (e-DOC A65F2C65-c), nos termos mencionados na ementa.

2. Formulou-se a consulta nos seguintes e precisos termos:

*“Encaminho a Vossa Excelência o presente processo a fim de que esse Égregio Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do art. 264, § 1º do RITCDF, se manifeste sobre as indagações lançadas no Parecer n.º 5/2018 da Assessoria desta Direção-Geral e demais peças instruendas, em anexo, acerca dos critérios e requisitos de reconhecimento como tempo de serviço o período escolar de aluno-aprendiz em escola profissionalizante, quais as instituições de ensino do DF e de outras unidades da federação que podem ser definidas como escola profissionalizante, e também, o que deve conter a certidão escolar emitida pelas escolas profissionalizantes para fins de reconhecimento de tempo de serviço.” (grifo nosso)*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

3. Por sua vez, as indagações lançadas no citado Parecer SEI-GDF nº 05/2018-PCDF/DGPC/ASS encontram-se formuladas da seguinte forma:

*“1. O que se entende por escola profissionalizante, no âmbito das instituições de ensino do Distrito Federal e de outras unidades da federação, cuja certidão de tempo escolar sirva para fins de averbação como tempo de serviço?”*

*2. O que deve conter a certidão escolar emitida pela escola para fins de cômputo de tempo de serviço?”*

*3. O que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?”*

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CONSULTA**

4. A presente consulta surgiu em face de questionamentos levantados pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, por meio da informação SEI-GDF - PCDF/DGPC/DGP/GAB (11185008), objetivando consolidar entendimento quanto à contagem de tempo de estudo realizado em escola pública profissionalizante como tempo de serviço (na condição de aluno-aprendiz), bem como dispor sobre a padronização das certidões de tempo emitidas pelas instituições públicas de ensino. Isso porque seria recorrente no âmbito daquele órgão o recebimento de certidões dessa natureza em que não se apresentam precisas e expressas informações a respeito do fornecimento ou não de benefícios como alimentação, fardamento, atendimento médico-odontológico e remuneração por encomendas de produtos ou serviços feitas por terceiros, o que vem de ser ilustrado por cópia de algumas certidões lá apresentadas recentemente, constantes na exordial.

5. Naquele expediente do DGP, após breve apanhado sobre a legislação que abordava a matéria, bem como de entendimentos jurisprudenciais e pareceres consultivos, notadamente, da Procuradoria-Geral Federal / Advocacia Geral da União, **de 2005**, destacou-se, ao fim, o surgimento de dúvidas relacionadas: *(i)* à instituição de ensino apta a emitir certidão escolar para fins de averbação como tempo de serviço; *(ii)* ao período anual que deve ser considerado como atividade profissionalizante; *(iii)* à especificação de como fica configurada a retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária; e, por último, *(iv)* à definição das autoridades competentes para certificar a existência de dotação orçamentária destinada à retribuição pecuniária.

6. Com esteio na referida informação, houve o encaminhamento das indagações levantadas pelo DGP a este e. Tribunal de Contas para sua manifestação, mas retornaram sem que a c. Corte houvesse delas tomado



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

conhecimento, por se julgar ausente parecer técnico-jurídico da Administração previsto no § 1º do art. 264 do RI/TCDF (Decisão nº 4.382/2018 - Processo nº 27883/2018-e).

7. Ato contínuo, por meio da Nota Técnica SEI-GDF nº 103/2018 – PCDF/DGPC/ASS, a Assessoria da Direção-Geral da PCDF manifestara-se, primeiramente, de que não seria necessária formulação de consulta a este Tribunal, uma vez que a matéria apresentada para análise seria isenta de dúvidas e já haveria entendimento sedimentado sobre o tema pelo e. Tribunal de Contas da União.

8. Nesse sentido, após detida exposição sobre como a matéria foi inicialmente enfrentada e evoluiu no âmbito daquela Corte de Contas federal, sofrendo consideráveis e substanciais alterações em relação ao estabelecido em seu Enunciado de Súmula nº 96<sup>1</sup>, a Nota Técnica encerra com resposta às dúvidas suscitadas pelo DGP nos seguintes termos:

***“1- Qualquer instituição de ensino pública pode emitir certidão de tempo escolar para fins de averbação como tempo de serviço? Ou seja, para que o tempo escolar como aluno-aprendiz seja averbado para fins de tempo de serviço não há necessidade de que o período advenha de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONALIZANTE?”***

*R. Para que o tempo escolar como aluno-aprendiz seja averbado para fins de tempo de serviço, há expressa necessidade de que o período advenha de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONALIZANTE. No âmbito da União, essas instituições de ensino são as previstas no art. 1º da Lei nº 11.892/2008. Nesse sentido, tem-se o seguinte posicionamento do TCU: “A condição do aluno-aprendiz difere da condição do empregado-aprendiz. **O aluno-aprendiz aprende trabalhando em escola técnica federal** (grifei) recebendo ou não pecúnia à conta do orçamento público e salário indireto, representado por alimento, fardamento, atendimento médico-odontológico e pousada. O empregado-aprendiz é empregado regido pela CLT e sua condição de aprendiz é dirigida a uma proficiência pessoal no interesse de seu empregador, além de o curso estar inserido no expediente de trabalho (Vide Acórdão nº 1834/2015 - 1ª Câmara, TCU)*

***2 - Qual o período oriundo da atividade profissionalizante deve ser declarado pela instituição de ensino e considerado como tempo de serviço, o ano civil, o ano letivo ou a frequência escolar?”***

*R. Para que o tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz seja computado para fins de aposentadoria, a certidão que o fundamenta deve comprovar o labor do então estudante na execução de encomendas recebidas pela escola e deve expressamente mencionar o período trabalhado, bem como a remuneração percebida. Na contagem desse tempo,*

---

<sup>1</sup> “Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

*consideram-se apenas os períodos nos quais o aluno efetivamente laborou, ou seja, despreza-se o cômputo do período de férias escolares.*

**3 - O que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?**

*R. O que caracteriza o tempo de serviço do aluno-aprendiz não é o simples recebimento de alimentação, fardamento, material escolar ou mesmo de um auxílio financeiro, mas sim a execução de atividades com vistas a atender encomendas de terceiros. O pagamento por esses serviços, executados pelo aluno-aprendiz pode ser feito por meio de 'salário' em espécie - ou parcela da renda auferida com esses serviços, nos termos utilizados pela legislação da época - e 'salário' in natura - alimentação, fardamento, alojamento e material escolar, dentre outras possibilidades.*

**4 - Qual a autoridade competente para certificar a existência de dotação orçamentária para a retribuição pecuniária, no período a que se refere a certidão a ser expedida?**

*R. Como o TCU entendeu que o pagamento de salário ao aluno-aprendiz já é verba orçamentária, conforme sumário do Acórdão 2024/2005: "Aposentadoria. Processo consolidado. Cômputo para fins de inativação de tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz após o advento da Lei 3.552/59. A Lei 3.552/59 não alterou a natureza dos cursos de aprendizagem nem modificou o conceito de aprendiz (a prestação de serviços é inerente ao conceito legal de aprendiz), muito menos possui qualquer disposição que obstaculize o reconhecimento do tempo de aluno-aprendiz como tempo de serviço para fins de obtenção de aposentadoria. Os artigos 2º, 3º e 5º do Decreto-lei 8.590/46, que cuidaram da remuneração do aluno-aprendiz, reportaram-se ao pagamento dessa mão-de-obra, mediante a execução de encomendas, **mas nem por isso o referido pagamento deixou de ser à conta do Orçamento da União**". (grifei). Portanto, a certidão emitida pela instituição federal de ensino profissionalizante, nos moldes do entendimento do TCU, já é documento hábil a demonstrar que o salário percebido é oriundo de verba orçamentária da União."*

9. Referida Nota Técnica foi acolhida na íntegra pela DGPC e encaminhada ao DGP para conhecimento e apreciação, sob os parâmetros nela lançados, dos pedidos de servidores policiais para averbação, como tempo de serviço público, para fins previdenciários, do tempo escolar prestado como aluno-aprendiz.

10. No entanto, o DGP insistiu para que os questionamentos suscitados anteriormente fossem novamente objeto de consulta a esta Corte de Contas, uma vez que lhe compete julgar a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria aos servidores policiais civis distritais, bem como que a PCDF tem observado, para averbação do tempo de aluno-aprendiz como tempo de serviço público, o disposto no Capítulo 2 do Título VIII do Manual de Concessões Civis deste Tribunal



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

(aprovado pela Resolução nº 299/16), o qual se apresentaria divergente do atual entendimento consolidado pelo TCU, que se tornara mais rígido no tocante aos requisitos para contagem do sobredito tempo escolar para fins de aposentadoria.

11. Em seguida, por meio do Parecer SEI-GDF nº 05/2018-PCDF/DGPC/ASS, a Assessoria da DGPC concordou com a dúvida formulada pelo DGP, salientando que os entendimentos das duas Cortes de Contas seriam nitidamente divergentes, assim os distinguindo:

- enquanto o TCDF “*vem entendendo que para fins de cômputo como tempo de serviço de aluno-aprendiz de escola pública profissional que **tenha havido retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária, admitindo-se como retribuição o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação, para períodos anteriores a 16.12.1998***”, ou seja, basicamente, mantendo as balizas orientadoras da vetusta e revisada Súmula TCU 96;

- o TCU, por sua vez, “*não mais reconhece para todos os fins o simples recebimento por parte do aluno-aprendiz de fardamento, alimentação ou material escolar, mas sim a realização de **atividades para atender a encomendas de terceiros e sua efetiva demonstração. A contraprestação do serviço executado pelo aluno aprendiz pode, contudo, ser paga in natura ou em espécie***”.

12. Nesse contexto, concluiu a Assessoria da DGPC que seria de extrema pertinência submeter à Corte de Contas distrital, como ente revisor legal das aposentadorias e reformas, as indagações levantadas pelo DGP, uma vez que, a seu sentir, não encontrariam resposta nas vigentes orientações sobre o tema contidas no aludido Manual de Aposentadoria e Pensão Civil do TCDF, sem embargo de, ao fim, ratificar as conclusões lançadas na Nota Técnica SEI-GDF nº 103/2018 – PCDF/DGPC/ASS, norteadas pelo atual entendimento do TCU sobre a matéria.

13. É o relato do essencial.

### **3. PRELIMINARES DE ADMISSIBILIDADE**

14. Cumpre notar que o conhecimento de consulta pelo TCDF condiciona-se ao disposto no art. 264 do RI/TCDF<sup>2</sup>, a seguir:

*“Art. 264. Em caso de dúvida na aplicação de disposição legal ou regulamentar, em matéria de sua competência, o Tribunal decidirá sobre consultas que lhe forem formuladas pelo Presidente da Câmara Legislativa, Governador do Distrito Federal, por Secretário de Governo ou autoridade*

---

<sup>2</sup> Aprovado pela Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

*equivalente, bem como por dirigente de órgão relativamente autônomo ou entidade da administração indireta, incluídas as fundações.*

*§ 1º As consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração.*

*§ 2º A resposta à consulta terá caráter normativo e constituirá prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.”*

15. Verifica-se que a presente consulta foi formulada por autoridade competente, indica com precisão seu objeto e, agora, está acompanhada de parecer técnico-jurídico da Administração<sup>3</sup>. Contudo, não foi apresentada sob o prisma da tese, mas, sim, focada na resolução de casos concretos enfrentados pelo órgão consulente (certidões de frequência escolar apresentadas por seus servidores), restando, pois, evidenciada a insatisfação de pressuposto inserto na sobredita norma regimental (art. 264, § 1º), o que, *a priori*, desautorizaria o e. Plenário a conhecer da exordial.

16. Ademais, pelo que se depreende dos autos, sem dificuldade, até porque expresso na referida Nota Técnica, são dois os objetos principais da presente consulta, quais sejam: a) consolidar entendimento acerca da contagem de tempo de estudo em escola pública profissionalizante, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço público para fins previdenciários; e b) dispor sobre a padronização das respectivas certidões emitidas pelas instituições públicas de ensino profissionalizante, que possam, eventualmente, servir como documento hábil a autorizar a averbação e cômputo do período nelas certificados.

17. Segundo o consulente, o primeiro ponto a ser objetivamente enfrentado decorreria “**de nítida e inescapável divergência de entendimentos entre as Cortes de Contas distrital e federal sobre a forma de contagem de tempo de serviço de aluno-aprendiz em escola profissionalizante**”. (g.n.)

18. No entanto, cumpre assinalar que a consulta consiste em mecanismo posto à disposição dos jurisdicionados por meio do qual este Tribunal **responde dúvidas quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares**, objetivando garantir maior segurança jurídica aos gestores e jurisdicionados em geral, consoante previsto no inciso XV do art. 1º da Lei Orgânica do TCDF (LC nº 01/94)<sup>4</sup>, o que não parece ser o caso do sobredito questionamento, ao transparecer pretensão, por via incidental, de rediscutir os fundamentos conducentes de entendimento normativo há muito esposado por esta Corte em matéria de sua competência, a pretexto de se encontrar dissonante de correlata orientação atualmente perfilhada pelo TCU.

<sup>3</sup> Na estrutura organizacional da PCDF, segundo seu regimento interno (aprovado pelo Decreto distrital nº 30.490/09 – DODF de 24.06.2009), a Assessoria da Direção-Geral é unidade orgânica responsável, dentre outras atribuições, pela execução de atividades de consultoria e assessoramento técnico; por fixar, através de notas técnicas, a interpretação de dispositivos legais e de atos normativos a ser seguida uniformemente; e por emitir nota técnica sobre assuntos de interesse daquele órgão.

<sup>4</sup> Regra igualmente espelhada em seu regimento interno (art. 264), aprovado pela Resolução nº 296/16.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

19. Anote-se que este Tribunal já negou conhecimento a consulta que se evidenciava formulada com o mesmo propósito, como demonstra a seguinte ementa de julgado:

“CONSULTA. MATÉRIA JÁ APRECIADA PELO TRIBUNAL. PRETENSÃO REVISIONAL. PROCESSUAL.

Não será conhecida Consulta acerca de matéria já devidamente analisada pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que tal instrumento não se mostra adequado à pretensão revisional de suas decisões, a teor do que dispõem os artigos 264 e 265 do RI/TCDF.

Decisão por unanimidade.

*Referência: Processo nº 28970/2016-e. Decisão nº 223/2017.*

*Precedente TCDF: Decisão nº 3294/2016.”*

20. Nesse contexto, depreende-se que também haveria óbice quanto ao primeiro questionamento objeto da consulta em tela – no sentido de pretensa consolidação de entendimento acerca da contagem de tempo de estudo em escola pública profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários –, suscitado sob alegada divergência interpretativa, por não se afigurar o presente instrumento processual meio adequado para objetar a validade jurídica/normativa de decisões provenientes desta Corte ou rediscutir matéria pacificada no âmbito de sua jurisprudência.

21. Não obstante, dada a relevância e o interesse público da matéria<sup>5</sup>, bem como a função educativa/orientadora dentre aquelas inerentes aos Tribunais de Contas, vislumbra-se a possibilidade de ser conhecida a consulta, a critério do Conselheiro relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejudgamento do fato ou caso concreto.

#### **4. ANÁLISE**

22. Enfrentando, primeiramente, a alegada dissidência jurisprudencial, ponto fulcral para que se possa responder, objetivamente, os questionamentos formulados pelo órgão consulente, é de bom alvitre compreender o contexto jurídico que acabou norteando ditos entendimentos normativos ora parcialmente distanciados.

23. A esse propósito, à míngua de referências doutrinárias mais atualizadas quanto ao tema, servimo-nos do percuciente, didático e elucidativo

---

<sup>5</sup> O que vem de ser demonstrado por consulta anterior formulada pela Agência de Fiscalização do DF sobre o mesmo tema, autuada no Processo nº 30116/2018-e, mas não conhecida, por não preencher os requisitos previstos no art. 264 do RI/TCDF (Decisão nº 5.710/2018).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

artigo<sup>6</sup> de autoria do Prof. Fernando Ferreira Calazans, versando sobre a possibilidade de cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz em escola federal profissional para fins de aposentadoria, ante as reformas previdenciárias, as alterações normativas e os entendimentos jurisprudenciais divergentes.

24. Referido artigo objetivou averiguar se o tempo de serviço de aluno-aprendiz prestado em escola federal profissional pode ser computado para fins de aposentadoria. Para tanto, descreveu a legislação sobre exercícios escolares praticados por alunos-aprendizes em escolas federais profissionais, bem como a legislação previdenciária sobre o tema central, analisou a orientação jurisprudencial dos tribunais superiores e, por fim, tratou da questão da formação de vínculo empregatício no serviço público.

25. Nesse passo, discorrendo, primeiramente, quanto à evolução da legislação acerca de exercícios escolares praticados por alunos-aprendizes sob a forma de trabalho industrial em escolas federais profissionais, assim expôs:

**“2 LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE EXERCÍCIOS ESCOLARES  
PRATICADOS SOB A FORMA DE TRABALHO INDUSTRIAL EM  
ESCOLAS FEDERAIS PROFISSIONAIS**

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou<sup>47</sup> 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets).<sup>58</sup>

Em 1937, foi promulgada a Constituição Brasileira que tratou pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial no País. Nesse ano, é assinada a Lei nº 378, que transforma as escolas de aprendizes e artífices em liceus industriais, destinados ao ensino profissional.

Em 1942, foi publicado o Dec.-Lei nº 4.073, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Nos termos do seu art. 1º, referida norma estabelece as bases do ensino industrial, de nível secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria, atividades artesanais e relacionadas a transporte, comunicação e pesca.

Segundo esse decreto-lei, o ensino dos ofícios de aprendizagem constitui obrigação dos empregadores e direito dos aprendizes e será desenvolvido durante o horário normal de trabalho dos aprendizes nas escolas, sem prejuízo do salário, sendo aplicável aos Poderes Públicos essa mesma regra, consoante rezam os arts. 67, incs. I e V e 69:

<sup>6</sup> CALAZANS, Fernando Ferreira. Cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz de escola federal profissional para fins de aposentadoria. BDA – Boletim de Direito Administrativo, São Paulo, NDJ, ano 31, n. 12, p. 1474-1486, dez. 2015.

<sup>7</sup> 4. Pelo Dec. nº 7.566/1909, foram criadas, nas Capitais dos Estados, escolas de aprendizes e artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

<sup>8</sup> 5. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 7 out. 2014.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Art. 67. O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I – o ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados;

.....  
V – o ensino será dado dentro do horário normal de trabalho dos aprendizes, sem prejuízo de salário para estes;

Art. 69. Aos poderes públicos cabem, com relação à aprendizagem nos estabelecimentos industriais oficiais, os mesmos deveres por esta Lei atribuídos aos empregados.

Nesse mesmo ano, foi publicado o Dec.-Lei nº 4.127/1942, que transformou os liceus industriais em escolas industriais e técnicas, oferecendo formação profissional equivalente ao do nível secundário de ensino.<sup>69</sup>

Em 1946, foi publicado o Dec.-Lei nº 8.590, que dispõe sobre a realização de exercícios escolares práticos sob a forma de trabalho nas escolas industriais e técnicas do Ministério da Educação e Saúde.

Segundo o aludido decreto-lei, ficam as escolas técnicas e industriais do Ministério da Educação e Saúde autorizadas a executar, a título de trabalhos práticos escolares, encomendas de repartições públicas ou particulares, concernentes às disciplinas de cultura técnica, ministradas nas escolas (art. 1º), cuja renda bruta será incorporada à receita da União (art. 3º), podendo tomar parte na execução das encomendas alunos das séries mais adiantadas e ex-alunos, desde que não pertencentes aos quadros dessas escolas (art. 4º).

As encomendas executadas pelos alunos, a título de trabalho prático escolar, serão retribuídas pecuniariamente à conta do orçamento federal, consoante estabelece o art. 5º do sobredito Dec.-Lei nº 8.590/1946.

Em 1959, foi publicada a Lei nº 3.552, que dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, que revogou tacitamente o Dec.-Lei nº 4.073, por regular inteiramente a matéria de que tratava a norma anterior.<sup>710</sup>

Nos termos do art. 2º da citada lei, as escolas de ensino industrial federais poderão manter cursos de aprendizagem, além de cursos básicos, técnicos, e ainda extraordinários para pessoas menores ou maiores de idade, com duração e constituição apropriadas.

Além dessa nova organização escolar, a referida lei, por seu art. 32, manteve a possibilidade de as escolas de ensino industrial aceitarem encomendas de terceiros, mediante remuneração, e a sua execução, sem prejuízo da aprendizagem, será feita pelos alunos, que participarão

<sup>9</sup> 6. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2014.

<sup>10</sup> 7. Art. 2º, § 1º, do Dec.-Lei nº 4.657/1942.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

diretamente da remuneração (art. 32) e não mais serão pagos à conta do orçamento federal, tal como era previsto no Dec.-Lei nº 8.590/1946.”

26. Feito esse breve introito, descreveu-se na sequência a evolução da legislação previdenciária sobre o cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz em escola federal profissional para fins de aposentadoria, *verbis*:

**“3 LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO DE ALUNO APRENDIZ PARA FINS DE APOSENTADORIA**

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, nada obstante a Lei nº 3.807/1960 e o seu regulamento (Dec. nº 72.771/1973) não terem explicitado que o tempo de serviço de aluno aprendiz para fins de aposentadoria é considerado para fins previdenciários, e a Lei nº 8.213/1991 também não, os regulamentos desta lei o fizeram: o Dec. nº 357/1991 (art. 58, inc. XXI),<sup>811</sup> que foi revogado implicitamente pelo Dec. nº 611/1992 (art. 58, inc. XXI), mas manteve a mesma redação daquele, que, por sua vez, foi revogado pelo Dec. nº 2.172/1997 (art. 58, inc. XXI),<sup>912</sup> que conservou tal direito, mas limitou-o ao período de vigência do Dec. nº 4.073, qual seja de 9.2.1942 a 16.2.1959.

Por seu turno, o citado Dec. nº 2.172/1997 foi revogado pelo Dec. nº 3.048/1999, que, em sua redação originária, silenciou-se, de forma eloquente, para, a partir de então, não mais computar esse período de tempo para fins de aposentadoria, ante a instituição do princípio do caráter contributivo, adiante tratado.

Por sua vez, no âmbito do regime próprio de previdência dos servidores federais, em 1980 foi publicada a Lei nº 6.890 – sem notícia de revogação expressa ou tácita – que, por seu art. 1º, passou a reconhecer o direito do aluno aprendiz ao cômputo do seu tempo de serviço desenvolvido nas atividades escolares junto ao serviço público federal, caso tivesse se tornado servidor público da União:

Art. 1º Ao servidor regido pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 [revogada pela Lei nº 8.112/90], será computado, para todos os efeitos, o

<sup>11</sup> 8. “Art. 58. São contados como tempo de serviço, entre outros: [...] XXI – durante o tempo de aprendizado profissional prestado nas escolas técnicas com base no Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: a) os períodos de frequência a escolas técnicas ou industriais mantidas por empresas de iniciativa privada, desde que reconhecidas e dirigidas a seus empregados aprendizes, bem como o realizado com base no Decreto nº 31.546, de 06 de fevereiro de 1952, em curso do Serviço Nacional da Indústria – SENAI ou Serviço Nacional do Comércio – SENAC, por estes reconhecido, para formação profissional metódica de ofício ou ocupação do trabalhador menor; b) os períodos de frequência aos cursos de aprendizagem ministrados pelos empregadores a seus empregados, em escolas próprias para esta finalidade, ou em qualquer estabelecimento de ensino industrial;”

<sup>12</sup> 9. “Art. 58. São contados como tempo de serviço, entre outros: [...] XXI – o tempo de aprendizado profissional prestado nas escolas técnicas com base no Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, no período de 9 de fevereiro de 1942 a 16 de fevereiro de 1959 (vigência da Lei Orgânica do Ensino Industrial), observadas as seguintes condições: a) o período de frequência a escolas técnicas ou industriais mantidas por empresas de iniciativa privada, desde que reconhecidas e dirigidas a seus empregados aprendizes, bem como o realizado com base no Decreto nº 31.546, de 6 de fevereiro de 1952, em curso do Serviço Nacional da Indústria – SENAI ou Serviço Nacional do Comércio – SENAC, por estes reconhecido, para formação profissional metódica de ofício ou ocupação do trabalhador menor; b) o período de frequência aos cursos de aprendizagem ministrados pelos empregadores a seus empregados, em escolas próprias para esta finalidade, ou em qualquer estabelecimento do ensino industrial;”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

tempo de serviço prestado na qualidade de extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como retribuído à conta de dotação global, desde que legalmente considerado para aposentadoria e disponibilidade.

Referida norma, ante as alterações introduzidas pela EC nº 20/1998 na previdência social brasileira, deve ser interpretada num contexto ampliado. Até a publicação da EC nº 20, que dotou de *status* constitucional o princípio do caráter contributivo da previdência social, o direito à aposentadoria decorria da prestação de tempo de serviço. Após a entrada em vigor dessa emenda, o paradigma previdenciário transmutou-se para tempo de contribuição, não mais se admitindo apenas o tempo de trabalho, seja no âmbito da previdência geral ou, e especialmente, na seara dos regimes próprios de previdência, que amparam os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo<sup>1013</sup> (CASTRO; LAZZARI, 2014, p. 49).

Além disso, citada emenda, ao incluir o § 10 no art. 40 da CF/1988,<sup>1114</sup> proibiu qualquer forma de contagem de tempo fictício e, ao mesmo tempo, criou regra de transição, por meio de seu art. 4º, segundo a qual

observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Logo, ante o teor da regra de transição estabelecida pela EC nº 20/1998, o tempo de serviço de aluno aprendiz, mesmo que prestado após a citada EC nº 20, até que lei discipline a matéria, será computado como tempo de contribuição para fins de aposentação independentemente do recolhimento de contribuição previdenciária.

Todavia, não foi esse o entendimento da União quando da elaboração do Parecer/CJ nº 2.893/2002,<sup>1215</sup> segundo o qual, entre outros apontamentos, asseverou, ante o caráter contributivo instituído pela reforma previdenciária implementada pela EC nº 20/1998, que

diante da nova regulamentação [o Dec. nº 3.048/1999], a situação do aluno aprendiz deixou de ter tratamento previdenciário especial, donde se conclui que, doravante, para reconhecer como tempo de contribuição o período de aprendizado profissional realizado em escola técnica, seja em que época for, necessariamente deverá caracterizar, inequivocamente, uma relação de emprego devidamente comprovada pelo interessado, com todos os seus requisitos, a saber: atividade permanente, subordinação, salário e pessoalidade.

Ocorre que a União, ao publicar o Dec. nº 6.722/2008, mudou o seu entendimento para – em conformidade com o que dispõe o art. 4º da EC nº 20/1998, segundo o qual “o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição” – incluir o inc. XXII ao art. 60 do Dec. nº 3.048/1999, com vigência a partir de 31.12.2008.

<sup>13</sup> 10. Art. 40, caput, da CF/1988.

<sup>14</sup> 11. “Art. 40 [...] § 10 – A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.”

<sup>15</sup> 12. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/60/2002/2893.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2015.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Ou seja, a partir de então, o período de tempo de serviço de aluno aprendiz em escola técnica pública (porque faz alusão ao orçamento público) – independentemente do período em que foi prestado, se antes ou depois da vigência da EC nº 20/1998 – voltou a ser computado para fins de aposentadoria, desde que comprovados retribuição pecuniária e vínculo empregatício:

Art. 60. Até que lei específica discipline a matéria, são contados como tempo de contribuição, entre outros:

.....  
XXII – o tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente ao período de aprendizado profissional realizado em escola técnica, desde que comprovada a remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público e o vínculo empregatício.

Nesse exato sentido, o Advogado-Geral da União editou o Enunciado da Súmula AGU nº 24/2008,<sup>1316</sup> de caráter obrigatório aos órgãos jurídicos de representação judicial da União, segundo o qual é permitida a contagem, como tempo de contribuição, do tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente ao período de aprendizado profissional realizado em escolas técnicas, desde que comprovada a remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público e o vínculo empregatício.”

27. Em seguida, o artigo traz, de forma apartada, a descrição e análise da **orientação jurisprudencial divergente** do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Turma Nacional de Uniformização (TNU) e Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz para fins de aposentadoria, assim o fazendo:

**“4 ANÁLISE DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE O  
CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO DE ALUNO APRENDIZ PARA  
FINS DE APOSENTADORIA**

(...)

A descrição segregada advém da necessidade de destacar a evolução da orientação de cada um desses órgãos, cumprindo destacar que a modificação dos seus entendimentos é influenciada, ao longo dos tempos, pelos arestos dos demais. Por tal razão, o enunciado da Súmula TCU nº 96, editado em 1976, citado pelos julgados do STF, STJ e TNU, será tratado primeiramente.

Inicialmente, destaca-se que a literatura não tem enfrentado, com a minúcia que o caso requer, citada divergência jurisprudencial. Além de Ibrahim (2012) não tratar do tema, Castro e Lazzari (2014), em trecho dedicado à matéria, trataram apenas de descrever as disposições da Lei Orgânica do Ensino Industrial e de citar os enunciados das súmulas editadas pelo TCU, TNU e Advocacia-Geral da União e de asseverar que o Dec. nº

<sup>16</sup> 13. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/75/AGU/2008/24.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2015.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

3.048/1999, ao receber nova redação pelo Dec. nº 6.722/2008, passou a assegurar o direito dos alunos aprendizes, desde que comprovados conjuntamente a retribuição pecuniária e o vínculo empregatício.

Todavia, como a questão da comprovação do vínculo empregatício como condição para o cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz para fins de aposentadoria é objeto de divergência entre os Tribunais Superiores e ainda não é discutida por abalizada literatura (CASTRO; LAZZARI, 2014; IBRAHIM, 2012), faz-se necessário o desenvolvimento deste estudo.

#### **4.1 Entendimento do TCU**

Em 1976, o TCU editou a Súmula nº 96, publicada no DOU de 16.12.1976, pela qual se passou a reconhecer o tempo de aluno aprendiz em escola federal profissional como tempo de serviço público, para todos os efeitos, desde que comprovada retribuição pecuniária direta ou indireta (recebimento de parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros, alimentação, fardamento e/ou material escolar) à conta do orçamento federal. Eis o seu enunciado:

##### **Súmula 96**

Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros.

##### **Precedentes Ausentes**

Proc. nº 020.626/1979, Sessão de 4.3.1980, Plenário, Ata nº 12, Anexo X, "in" DOU de 21.3.1980, p. 5163-5183 Proc. 010.641/87-4, Sessão de 30.3.1989, 2ª Câmara, Ata nº 06, Anexo VI, "in" DOU de 12.4.1989, p. 5565-5571 Proc. 036.715/75-1, Sessão de 27.3.1990, 1ª Câmara, Ata nº 7, Anexo III, "in" DOU de 11.4.1990, p. 6956-6963 Proc. 500.288/91-7, Sessão de 2.9.1992, Plenário, Ata nº 41, Decisão nº 424, "in" DOU de 16.9.1992, p. 12893-12921 Proc. 030.986/91-5, Sessão de 3.9.1992, 2ª Câmara, Ata nº 31, Decisão nº 442, "in" DOU de 17.9.1992, p. 13037-13063 Proc. 225.084/94-5, Sessão de 10.8.1994, Plenário, Ata nº 38, Decisão nº 514, "in" DOU de 29.8.1994, p. 12993-13013.

Aludida súmula, que exigia apenas a retribuição pecuniária à conta do orçamento, passou a exigir também, a partir da sessão administrativa do TCU de 8.12.1994, publicada no DOU de 3.1.1995, a existência de vínculo empregatício para computar o tempo de aluno aprendiz em escola pública profissional como tempo de serviço público, nos termos da sua nova redação:

Conta-se, para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que haja vínculo empregatício e retribuição pecuniária à conta do Orçamento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Em 1996, o TCU aprovou, na sessão administrativa de 6.11, a republicação dessa súmula, alterando apenas o primeiro precedente<sup>1417</sup> citado na sua redação original em virtude de inexistência material, restando inalterada a redação quanto ao teor de seu enunciado.

Até 2005, grassava o entendimento do TCU segundo o qual, com a entrada em vigor da Lei nº 3.552/1959, o tempo de serviço de aluno aprendiz em escola federal profissional passou a não ser computado para fins de aposentadoria. Isso porque a remuneração dos alunos, nesse período, deixou de ser paga pelo orçamento federal e passou a ser quitada por terceiros, demandantes da encomenda. Em razão disso, como a Súmula nº 96 prevê “retribuição pecuniária à conta do Orçamento”, ela deixou de ser aplicada de forma a não mais garantir o cômputo desse tempo prestado a partir da Lei nº 3.552/1959 para fins de aposentadoria, já que não mais prevê retribuição pecuniária à conta do orçamento federal.

Sucedendo que, a partir de 2005, o TCU, por meio do seu órgão pleno, nos autos do Acórdão nº 2.024/2005,<sup>1518</sup> alterou entendimento, influenciado, como registrado pelo Min.-Rel. Lincoln Magalhães da Rocha, por diversas decisões judiciais, que garantem o cômputo, para fins de direito, desse período, ainda que sob a vigência da Lei nº 3.552/1959. Até então, conforme descrito no mencionado acórdão, vigorava a seguinte orientação:

A jurisprudência deste Tribunal sobre a matéria, até o presente momento, é no sentido de que, a partir da edição da Lei nº 3.552, de 16.2.1959, tendo em vista que o aluno aprendiz passou a ser remunerado mediante o pagamento de encomendas feitas às instituições e não à conta do orçamento da União, não seria mais possível a utilização desse tempo de aluno aprendiz para obtenção da aposentadoria.

2. Assim sendo, após a data da publicação da Lei nº 3.552/1959, ou seja, 17.2.1959, não poderia ser aplicada a Súmula TCU nº 96, considerando que essa dispõe que, para ser utilizado o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno aprendiz, é necessário que a sua retribuição tenha sido proveniente do orçamento da União.

Assim, a partir desse julgado-paradigma, o TCU passou a admitir o tempo de serviço de aluno aprendiz, exercido mesmo após a entrada em vigor da Lei nº 3.552/1959, para fins de aposentadoria, desde que respeitados os critérios do item 9.3 do citado acórdão, a seguir listados, não mais fazendo, todavia, menção à comprovação do vínculo empregatício:

9.3. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que oriente as diversas escolas federais de ensino profissionalizante no sentido de que:

9.3.1. a emissão de certidão de tempo de serviço de aluno aprendiz deve estar baseada em documentos que comprovem o labor do então estudante na execução de encomendas recebidas pela escola e deve expressamente mencionar o período trabalhado, bem assim a remuneração percebida;

<sup>17</sup> 14. O primeiro precedente encontra-se agora assim redigido: “Precedente Proc. nº 020.626/1979, Sessão de 4.3.1980, Plenário, Ata nº 12, Anexo X, in DOU de 5.3.1980, p. 4083-44101”.

<sup>18</sup> 15. TCU – Acórdão nº 2024/2005 – Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha – Plenário – j. em 23.11.2005.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

9.3.2. a simples percepção de auxílio financeiro ou em bens não é condição suficiente para caracterizar a condição de aluno aprendiz, uma vez que pode resultar da concessão de bolsas de estudo ou de subsídios diversos concedidos aos alunos;

9.3.3. as certidões emitidas devem considerar apenas os períodos nos quais os alunos efetivamente laboraram, ou seja, indevido o cômputo do período de férias escolares;

9.3.4. não se admite a existência de aluno aprendiz para as séries iniciais anteriormente à edição da Lei nº 3.552, de 16.1.1959, a teor do art. 4º do Dec.-Lei nº 8.590, de 8.1.1946.

Cumpre anotar que o item 9.3.1 não faz menção à comprovação da existência de vínculo empregatício, nada obstante a redação atual da Súmula TCU nº 96 assim o fazer, mas apenas à retribuição pecuniária derivada do serviço do aluno inerente à entrega das encomendas no âmbito do ensino profissionalizante.

Em síntese, observa-se inicialmente que o TCU admitia o cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz em escola pública profissional para fins de aposentadoria caso restasse comprovada a retribuição pecuniária. Após, passou a exigir, além da remuneração paga ao aluno à conta do orçamento, o vínculo empregatício. E, num terceiro instante, que vige atualmente, voltou a admitir o cômputo desse tempo, mesmo após a vigência da Lei nº 3.552/1959, desde que respeitados os critérios do item 9.3 do Acórdão nº 2.024/2005 proferido pelo Pleno, mediante comprovação da mera retribuição pecuniária. Confira abaixo acórdãos ilustrativos do entendimento atual do TCU:

A questão do aproveitamento do tempo de aluno aprendiz já está pacificada na súmula da jurisprudência do Tribunal, Enunciado nº 96, que assim dispõe:

“Conta-se para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em Escola Pública Profissional, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do Orçamento, admitindo-se, como tal, o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros”.<sup>1619</sup>

2. De antemão, manifesto minha concordância com a unidade técnica, cujas conclusões estão de acordo com a sólida jurisprudência desta Corte de Contas em relação ao tempo de aluno aprendiz. De fato, não foi apresentada certidão necessária para atender aos requisitos legais, conforme o Acórdão nº 2.024/2005 – Plenário.<sup>1720</sup>

6. Para atender aos requisitos estabelecidos na Súmula/TCU nº 96 e no subitem 9.3.1 da referida deliberação (“a emissão de certidão de tempo de serviço de aluno-aprendiz deve estar baseada em documentos que comprovem o labor do então estudante na execução de encomendas recebidas pela escola e deve expressamente mencionar o período trabalhado, bem assim a remuneração percebida”), faz-se necessário comprovar o efetivo labor do

<sup>19</sup> 16. TCU – Acórdão nº 354/2011 – Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues – 1ª Câmara – j. em 16.2.2011.

<sup>20</sup> 17. TCU – Acórdão nº 487/2011 – Rel. Min. José Múcio Monteiro – 1ª Câmara – j. em 23.2.2011.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

estudante na execução de encomendas, mencionar o período trabalhado e mencionar expressamente a remuneração recebida [...].<sup>1821</sup>

## **4.2 Entendimento do STF**

O STF, por sua 3ª Turma, em 1968, teve a oportunidade de deliberar sobre o tema por ocasião do julgamento do RMS nº 18.538/GB, relatado pelo Min. Amaral Santos, rechaçando o pedido do servidor consistente na averbação de tempo mantido em escola federal profissional, ao argumento segundo o qual não recebeu retribuição pecuniária e com a qual não manteve relação de emprego. O acórdão, publicado no *DJ* de 4.11.1968, restou assim ementado:

Contagem de tempo de serviço do funcionário autárquico (Lei nº 1.711/1952, art. 268). Nele não se inclui o período em que o servidor cursou escola profissional da União, da qual não recebia paga e com a qual não mantinha relação empregatícia. Resolução que determinou essa contagem, posteriormente revogada, não gera direito adquirido em favor do servidor, por ter sido expedida sem base legal. A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (Súmula nº 346). Recurso desprovido.

Sucedendo que o STF firmou entendimento, forte nos princípios da segurança jurídica, boa-fé objetiva e expectativa legítima dos particulares à vedação do comportamento estatal contraditório, que a nova interpretação dispensada pelo TCU ao enunciado da sua Súmula nº 96/1976, por ocasião da sessão administrativa de 8.12.1994 (quando passou a exigir, além da remuneração, a comprovação de vínculo empregatício), não pode ser aplicada às aposentadorias concedidas em data anterior à da publicação desse aresto, por inadmitir exigência retroativa de critérios mais rígidos:

**Agravo regimental. Mandado de segurança. TCU. Tempo de serviço prestado como aluno aprendiz em escola técnica. Cômputo para aposentadoria. Legalidade. Mudança de orientação da Corte de Contas quanto aos requisitos exigidos, após a concessão da aposentadoria. Impossibilidade. Agravo regimental improvido.** I – A jurisprudência do STF consolidou-se, em casos idênticos ao que ora se analisa, pela legalidade do cômputo do tempo prestado como aluno aprendiz para fins de aposentadoria. II – A nova interpretação da Súmula nº 96 do TCU, firmada no Acórdão nº 2.024/2005, não pode ser aplicada à aposentadoria concedida anteriormente. III – Agravo regimental improvido.<sup>1922</sup>

**Constitucional. Mandado de segurança. Aluno aprendiz. Contagem de tempo para aposentadoria. Critérios mais rígidos fixados pelo TCU. Exigência retroativa. Impossibilidade. Precedentes.** 1. Esta Corte não admite a exigência retroativa dos critérios mais rígidos, nos termos do Acórdão TCU nº 2.024/2005, às aposentadorias anteriores, para comprovação do tempo de serviço prestado na condição de aluno aprendiz. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.<sup>2023</sup>

O STF, em decisões recentíssimas, ao reverso do que restou por ele deliberado nos idos de 1968, vem garantindo o direito dos trabalhadores ao

<sup>21</sup> 18. TCU – Acórdão nº 492/2011 – Rel. Min. Marcos Bemquerer – 1ª Câmara – j. em 23.2.2011.

<sup>22</sup> 19. STF – MS nº 28.399 AgR/DF – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – 2ª Turma – *DJe* de 5.6.2012.

<sup>23</sup> 20. STF – MS nº 32.245 AgR/DF – Rel. Min. Teori Zavascki – 2ª Turma – *DJe* de 6.11.2013.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

cômputo do tempo de serviço como aluno aprendiz em escola federal profissional para fins de aposentadoria mediante a comprovação de retribuição pecuniária, em nada se referindo ao vínculo empregatício:

**Mandado de segurança. Aposentadoria. Contagem de tempo. Aluno aprendiz. Decadência. Ato complexo. Súmula nº 96/TCU. Concessão do benefício.** [...] II – A questão encontra-se regulamentada pela Lei nº 3.442/1959, que não alterou a natureza das atividades e a responsabilidade dos aprendizes estabelecidas pelo Dec.-Lei nº 8.590/1946. III – A Súmula nº 96/TCU prevê a possibilidade de contagem, para efeito de tempo de serviço, do trabalho prestado por aluno aprendiz, desde que comprovada sua retribuição pecuniária, para cálculo de concessão do benefício de aposentadoria. [...] <sup>2124</sup>

**Agravo regimental. Mandado de segurança. Aposentadoria. Contagem de tempo. Aluno aprendiz. Mudança de orientação do TCU quanto aos requisitos exigidos, após a concessão da aposentadoria. Impossibilidade. Agravo regimental a que se nega provimento.** I – A questão encontra-se regulamentada pela Lei nº 3.442/1959, que não alterou a natureza das atividades e a responsabilidade dos aprendizes estabelecidas pelo Dec.-Lei nº 8.590/1946. II – A Súmula nº 96/TCU prevê a possibilidade de contagem, para efeito de tempo de serviço, do trabalho prestado por aluno aprendiz, desde que comprovada sua retribuição pecuniária, para cálculo de concessão do benefício de aposentadoria. [...] <sup>2225</sup>

Em síntese, observa-se que o STF alterou o seu entendimento sobre a matéria. Num primeiro momento, admitia o cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz para fins de aposentadoria apenas se houvesse remuneração e comprovação de vínculo empregatício. Atualmente, admite o cômputo desse tempo mediante retribuição pecuniária pelos serviços executados em atendimento às encomendas de terceiros, não exigindo comprovação de vínculo empregatício, sendo defeso anular aposentadorias concedidas até a publicação do Acórdão nº 2.024/2005 do TCU, que computaram período de tempo em desconformidade com as balizas fixadas por esse aresto, por ser injurídica a pretensão da Administração de aplicar retroativamente critérios mais rígidos para o reconhecimento de direitos.

### **4.3 Entendimento do STJ**

Por sua vez, o STJ, no passado, admitia o cômputo do tempo de aluno aprendiz em escola federal profissional como tempo de serviço público, para todos os efeitos, mediante a comprovação apenas de retribuição pecuniária, v. g.:

**Previdenciário. Aluno do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Tempo de serviço. Art. 58, inc. XXI, do Dec. nº 611/1992.** 1. Computa-se, para fins previdenciários, o período como estudante do ITA nos termos do Dec. nº 611/1992, art. 58, inc. XXI e Dec.-Lei nº 4.073/1942. 2. Na percepção, pelo aluno, do auxílio-educando, pago pelo Ministério da Aeronáutica é que confere a característica de aluno aprendiz. [...] <sup>2326</sup>

<sup>24</sup> 21. STF – MS nº 28.576/DF – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – 2ª Turma – DJe de 11.6.2014.

<sup>25</sup> 22. STF – MS nº 27.615 AgR/AL – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – Pleno – DJe de 13.6.2014.

<sup>26</sup> 23. STJ – REsp. nº 203.296/PR – Rel. Min. Edson Vidigal – 5ª Turma – DJ de 18.10.1999.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

**Previdenciário. Comprovação de tempo de serviço. ITA. Aluno aprendiz.** 1. O tempo de estudante prestado como aluno aprendiz do ITA, entidade destinada à formação de profissional para a indústria aeronáutica, pode ser computado para fins de complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, em face da remuneração paga pelo Ministério da Aeronáutica, a título de auxílio-educando. 2. Inteligência do art. 58, inc. XXI, do Dec. nº 611/1992 e do Dec.-Lei nº 4.073/1942. [...] <sup>2427</sup>

**Previdenciário. Contagem de tempo de serviço. Aluno aprendiz. Escola técnica profissional. Dec. nº 611/1992, art. 58, inc. XXI, Dec.-Lei nº 4.073/1942 e Lei nº 3.552/1959.** 1. Computa-se como tempo de efetivo serviço, para fins previdenciários, o período de estudos como aluno aprendiz junto a escolas técnicas, à conta do orçamento da União, ainda que sob a vigência da Lei nº 3.552/1959. Inteligência do Dec. nº 611/1992, art. 58, inc. XXI e Dec.-Lei nº 4.073/1942. 2. Recurso não conhecido. <sup>2528</sup>

**Previdenciário. Aluno aprendiz. Tempo de serviço. Escola pública profissional.** 1. O tempo de estudo do aluno aprendiz realizado em escola pública profissional, sob as expensas do Poder Público, é contado como tempo de serviço para efeito de aposentadoria previdenciária, ex vi do art. 58, inc. XXI, do Dec. nº 611/1992, que regulamentou a Lei nº 8.213/1991. 2. Recurso não conhecido. <sup>2629</sup>

**Previdenciário. Tempo de serviço. Contagem. Aluno. Curso de técnico em contabilidade. Escola particular. Impossibilidade. Estudante. Segurado facultativo. Filiação retroativa. Descabimento.** 1. Conforme entendimento deste Sodalício, aluno aprendiz é aquele estudante de estabelecimento de ensino federal que, em virtude de ter recebido remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, tem direito à inclusão do período como tempo de serviço estatutário federal, o qual deverá ser computado na aposentadoria previdenciária pela via da contagem recíproca. [...] <sup>2730</sup>

**Agravo regimental em recurso especial. Previdenciário. Comprovação de tempo de serviço. Aluno aprendiz. Escola técnica.** 1. O tempo de estudante como aluno aprendiz em escola técnica pode ser computado para fins de complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, desde que evidenciada retribuição pecuniária na forma de auxílio à educação. [...] <sup>2831</sup>

**Previdenciário. Averbação de tempo de serviço. Escola agrotécnica federal. Aluno aprendiz. Documento idôneo e autêntico. Direito líquido e certo demonstrado. Precedentes.** I – Consoante entendimento pacificado deste STJ, conta-se como tempo de serviço, para fins previdenciários, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno aprendiz em escola técnica federal, desde que comprovada a retribuição pecuniária à conta do orçamento. Precedentes. II – *In casu*, o impetrante, por meio de documento idôneo – que, em nenhum momento, teve sua autenticidade questionada no processo,

<sup>27</sup> 24. STJ – REsp. nº 182.281/SP – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – 6ª Turma – DJ de 26.6.2000.

<sup>28</sup> 25. STJ – REsp. nº 246.581/SE – Rel. Min. Edson Vidigal – 5ª Turma – DJ de 2.5.2000.

<sup>29</sup> 26. STJ – REsp. nº 202.578/PR – Rel. Min. Fernando Gonçalves – 6ª Turma – DJ de 10.4.2000.

<sup>30</sup> 27. STJ – REsp. nº 517.147/SE – Rel. Min. Laurita Vaz – 5ª Turma – DJ de 1º.12.2003.

<sup>31</sup> 28. STJ – AgRgREsp. nº 278.411/RS – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – 6ª Turma – DJ de 15.12.2003.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

comprovou a sua condição de aluno aprendiz de escola técnica federal, remunerado à conta do orçamento da União. [...] <sup>2932</sup>

Observa-se, todavia, que, hodiernamente, o STJ não possui entendimento uniforme sobre o tema. Ora delibera no sentido de garantir o cômputo do tempo de aluno aprendiz em escola federal profissional como tempo de serviço público mediante a comprovação conjunta de retribuição pecuniária e vínculo empregatício, ora na direção de exigir apenas retribuição pecuniária.

Confira abaixo decisões atuais do STJ que exigem a presença concomitante dos dois requisitos, v. g.:

**Processual. Previdenciário. Aluno aprendiz. Tempo de serviço não comprovado. Revisão. Súmula nº 7/STJ.** 1. É possível o cômputo do tempo de estudante como aluno aprendiz de escola pública profissional para complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, desde que preenchidos os requisitos da comprovação do vínculo empregatício e da remuneração à conta do orçamento da União. [...] <sup>3033</sup>

**Processual Civil e Previdenciário. Aluno aprendiz. Reconhecimento de tempo de serviço. Afirmação do acórdão recorrido, quanto à ausência de comprovação de retribuição pecuniária, ainda que indireta, à conta do orçamento. Reexame do conjunto fático-probatório. Impossibilidade. Incidência da Súmula nº 7/STJ. Agravo regimental improvido.** I. Consoante a jurisprudência do STJ, “é possível o cômputo do tempo de estudante como aluno aprendiz de escola pública profissional para complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, desde que preenchidos os requisitos da comprovação do vínculo empregatício e da remuneração à conta do orçamento da União”. [...] <sup>3134</sup>

**Agravo regimental no recurso especial. Previdenciário. Aluno aprendiz. Escola técnica federal. Contagem. Tempo de serviço. Possibilidade. Remuneração. Existência. Súmula nº 96/TCU. Precedentes desta Corte. Agravo desprovido.** I – A jurisprudência das Turmas que compõem a 3ª Seção deste Superior Tribunal é uníssona no sentido que ser [sic] facultado ao aluno aprendiz de escola pública profissional o direito à contagem de tempo estudado para fins de complementação de aposentadoria, desde que comprove o vínculo empregatício e remuneração à conta do orçamento da União. II – O requisito referente à remuneração à conta do orçamento da União poderá ser substituído por certidão que ateste o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros. [...] <sup>3235</sup>

**Previdenciário. Tempo de serviço. Cômputo. Aluno aprendiz. Não atendimento aos requisitos estabelecidos na Súmula nº 96/TCU. Reexame de prova. Súmula nº 7/STJ. Incidência.** 1. Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, conta-se como tempo de serviço o período de trabalho prestado

<sup>32</sup> 29. STJ – AgRgRMS nº 15.522/RS – Rel. Min. Gilson Dipp – 5ª Turma – DJ de 31.3.2003.

<sup>33</sup> 30. STJ – AgRgAREsp. nº 227.166/RS – Rel. Min. Castro Meira – 2ª Turma – DJe de 15.2.2013.

<sup>34</sup> 31. STJ – AgRgEDcl nº REsp. nº 1.118.797/MG – Rel. Min. Assusete Magalhães – 6ª Turma – DJe de 3.6.2013.

<sup>35</sup> 32. STJ – AgRgREsp. nº 1.147.229/RS – Rel. Min. Gilson Dipp – 5ª Turma – DJe de 14.10.2011.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

na qualidade de aluno aprendiz, em escola pública profissional, desde que preenchidos os requisitos previstos na Súmula nº 96 do TCU. [...] <sup>3336</sup>

Por sua vez, confira decisões recentes do STJ que exigem tão somente a retribuição pecuniária, sustentados no que dispõe a legislação de regência, v. g.:

**Administrativo. Processual Civil. Agravo regimental no recurso especial. Servidor. Aluno aprendiz. Contagem de tempo de serviço. Possibilidade. Precedentes desta Corte. Matéria de ordem pública. Prequestionamento. Necessidade. Precedentes.** 1. Este Superior Tribunal entende ser possível, para comprovação de tempo de serviço, o período de trabalho prestado na qualidade de aluno aprendiz, desde que presentes os requisitos estabelecidos em lei. [...] <sup>3437</sup>

**Previdenciário. Aluno aprendiz. Reconhecimento do tempo de serviço. Escola técnica. Serviço federal ou estadual. Inovação recursal. Retribuição dos serviços à conta do orçamento público. Possibilidade de reconhecimento e cômputo do interstício laborado na função. Súmula nº 7/STJ. Valoração das provas dos autos. Inaplicabilidade. Agravo regimental ao qual se nega provimento.** [...] 2. Comprovada a retribuição indireta dos trabalhos prestados, à conta de orçamento público, devido o reconhecimento do tempo de serviço como aluno aprendiz, não importando a valoração dos elementos probatórios já constantes dos autos, em reexame de matéria fática, a teor da Súmula nº 7/STJ. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento. <sup>3538</sup>

Em síntese, constata-se que o STJ, no passado, admitia o cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz em escola federal profissional como tempo de serviço público para todos os fins de Direito, inclusive Previdenciário, mediante mera comprovação de retribuição pecuniária. Todavia, nota-se, atualmente, que o STJ não possui orientação firme quanto ao tema, já que nalguns arestos tem exigido, além da remuneração, a existência de vínculo empregatício.

#### **4.4 Posição da TNU**

Também já se pronunciou sobre o tema a TNU, ocasião em que publicou o enunciado da sua Súmula nº 18, <sup>3639</sup> no DJ de 7.10.2004, que exige apenas a retribuição pecuniária para que o cidadão faça jus ao cômputo do tempo de serviço como aluno aprendiz em escola técnica federal:

##### **Súmula TNU nº 18:**

Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária.

<sup>36</sup> 33. STJ – AgRgREsp. nº 1.242.600/RS – Rel. Min. Jorge Mussi – 5ª Turma – DJe de 1o.8.2011.

<sup>37</sup> 34. STJ – AgRgREsp. nº 1.340.717/RS – Rel. Min. Og Fernandes – 2ª Turma – DJe de 18.11.2013.

<sup>38</sup> 35. STJ – AgRgAREsp. nº 19.836/PR – Rel. Alderita Ramos de Oliveira (Desa. convocada do TJPE) – 6ª Turma – DJe de 14.6.2013.

<sup>39</sup> 36. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=18&PHPSESSID=vcvj8la0lulnh52ecv6po38st4>>. Acesso em: 31 ago. 2015.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Nessa direção, confira acórdãos recentes da TNU que conheceram de incidentes de uniformização para declarar o direito ao cômputo do tempo de serviço prestado como aluno aprendiz em escola técnica federal, para fins previdenciários, desde que comprovada, única e exclusivamente, a retribuição pecuniária:

**Previdenciário. Administrativo. Aluno aprendiz. Tempo de serviço prestado em escola técnica federal para fins previdenciários. Comprovada remuneração indireta. Incidente de uniformização conhecido e provido.** 1. A jurisprudência do STJ e desta TNU (Súmula nº 18) admitem o cômputo do tempo de serviço prestado como aluno aprendiz em escola técnica federal, para fins previdenciários, desde que comprovada remuneração, ainda que de forma indireta. [...] <sup>3740</sup>

**Previdenciário. Aposentadoria. Aluno aprendiz. Contagem de tempo de serviço especial. Possibilidade. Incidente de uniformização conhecido e provido.** 1 – Provado que o aluno aprendiz recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária (Súmula nº 18 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência). 2 – O custeio de despesas ordinárias dos alunos pela União, constante de certidão expedida pela escola técnica federal demonstra que a aluna aprendiz recebia remuneração, mesmo que indireta, às expensas da União. [...] <sup>3841</sup>

Em síntese, a TNU tem posição uniforme, desde 2004, sobre o direito ao cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz para fins de aposentadoria, desde que comprove a mera retribuição pecuniária.

#### **4.5 A análise dos entendimentos do STF, STJ, TNU e TCU**

Mediante análise dos entendimentos do STF, STJ, TNU e TCU, observou-se que a jurisprudência de nossos Tribunais oscila para reconhecer o direito ao cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz de escola federal profissional para fins de aposentadoria, ora mediante simples comprovação da retribuição pecuniária, ora exigindo concomitantemente a presença da remuneração e do vínculo empregatício.

Para boa parte dos julgados recentes do STJ e de acordo com o teor da redação atual da Súmula TCU nº 96, <sup>3942</sup> somente é permitido o cômputo do tempo escolar de aluno aprendiz como tempo de serviço público para os fins de direito se houver comprovação conjunta de retribuição pecuniária à conta do orçamento federal e vínculo empregatício entre o aluno aprendiz e a escola técnica.

De outra banda, nota-se que os entendimentos atuais do STF, do TCU, <sup>4043</sup> de alguns julgados recentes do STJ e da orientação sumulada da TNU garantem o cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz para fins de aposentadoria mediante comprovação de simples retribuição pecuniária.

<sup>40</sup> 37. TNU – PEDILEF nº 200850510002396 – Rel. Juiz Federal Jorge Gustavo S. de Macedo Costa – *DOU* de 28.10.2011.

<sup>41</sup> 38. TNU – PEDILEF nº 200570950042821 – Rel. Juíza Federal Daniele Maranhão – *DJU* de 2.8.2006.

<sup>42</sup> 39. Redação conferida pelo TCU a partir da sessão administrativa de 8.12.1994, *DOU* de 3.1.1995.

<sup>43</sup> 40. Nada obstante a redação atual da Súmula TCU nº 96 prever a exigência de vínculo empregatício.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Por tais razões, o requisito da comprovação de vínculo empregatício junto às escolas técnicas federais é o objeto da divergência jurisprudencial e que, por conseguinte, merece análise pormenorizada, pois o outro critério (o da retribuição pecuniária) já está previsto na legislação correlata, e sobre ele não pairam interpretações jurisprudenciais dissonantes.

Para tanto, faz-se necessário averiguar se é possível existir vínculo empregatício entre as escolas federais profissionais e seus alunos aprendizes.”

28. Na sequência, então, o artigo passa a tratar da questão da constituição de vínculo empregatício no serviço público como forma de eliminar a citada divergência jurisprudencial, antes, distinguindo as espécies do gênero “agentes públicos” (agentes políticos, agentes honoríficos, servidores estatais, particulares em colaboração com a Administração Pública), em que não se enquadraria o aluno-aprendiz, *verbis*:

**“5 CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO PROFISSIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO**

(...)

Quanto à relação jurídica entre o aluno aprendiz e a escola federal profissional, note-se que aquele não pode ser considerado servidor efetivo ou empregado público por não ter sido aprovado em concurso. Por sua vez, não pode ser tido como servidor comissionado porque não foi nomeado para esse tipo de cargo público para exercer funções de direção, chefia e assessoramento. E, da mesma forma, não pode ser considerado contratado por tempo determinado porque não assinou contrato de trabalho nos termos da Lei nº 8.745/1993 para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Logo, é de se concluir que o vínculo jurídico do aluno aprendiz com a escola federal profissional não é de natureza empregatícia, mas, sim, de caráter escolar, não havendo falar em exigência de comprovação de vínculo empregatício, tal como defendido pelo Parecer/CJ nº 2.893/2002,<sup>4144</sup> por absoluta impossibilidade jurídica. Trata-se, em verdade, de relação jurídica de aprendizagem profissional firmada entre as escolas federais profissionais e os alunos que optarem por participar da execução das encomendas feitas por terceiros às escolas.

Desta feita, entende-se que a exigência da comprovação de vínculo empregatício, tal como consignado outrora pelo STF, nos autos do RMS nº 18.538/GB e previsto na redação atual da Súmula nº 96/TCU, conflita com o entendimento atual do STF, de parte dos julgados recentes do STJ e da Súmula nº 18/TNU.

---

<sup>44</sup> 41. “32. Diante da nova regulamentação [o Dec. nº 3.048/1999], a situação do aluno aprendiz deixou de ter tratamento previdenciário especial, donde se conclui que, doravante, para reconhecer como tempo de contribuição o período de aprendizado profissional realizado em escola técnica, seja em que época for, necessariamente deverá caracterizar, inequivocamente, uma relação de emprego devidamente comprovada pelo interessado, com todos os seus requisitos, a saber: atividade permanente, subordinação, salário e pessoalidade.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Nesse sentido, para que se possa daqueles entendimentos extrair interpretação que se coadune com o Texto Constitucional, é razoável que se interprete a exigência de vínculo empregatício como sendo uma relação de aprendizagem profissional firmada entre as escolas federais profissionais e os alunos que optarem por participar da execução das encomendas feitas por terceiros àquelas escolas.

Isso porque, além de a norma que rege as atividades escolares do aluno aprendiz não dispor sobre tal tipo de restrição, a relação jurídica do aluno aprendiz com a escola federal é de natureza de ensino, e não profissional, não obstante a possibilidade de participar da execução de encomendas feitas por terceiros e, por conseguinte, ser remunerado pela realização de tal atividade.

Ademais, o que denota o tempo de serviço do aluno aprendiz não é o recebimento de alimentação, fardamento, material escolar ou mesmo de um auxílio financeiro, mas, sim, a execução de atividades com vistas a atender encomendas de terceiros.”

29. Superada a abordagem sobre a divergência jurisprudencial sobre a (in)exigibilidade da existência de vínculo empregatício entre aluno-aprendiz e escola técnica federal com esteio nas regras constitucionais que dispõem sobre as espécies de agentes públicos, o autor do artigo pôs-se a analisar o acerto da fundamentação utilizada pelas decisões retro descritas do TCU, STF, STJ e TNU, nos seguintes termos:

#### **“6 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A legislação é clara ao dispor sobre o direito do aluno aprendiz de ser remunerado, seja à conta do orçamento federal ou diretamente por terceiro, quando participar da execução de encomendas feitas às escolas, bem como não restringir o direito a tal paga pela elaboração de encomendas mediante a existência de vínculo empregatício, já que, além de inexistente tal regra, é incompatível com a relação jurídica firmada entre o aluno aprendiz e a escola federal profissional, que é de natureza escolar, e não empregatícia.

Por sua vez, a legislação previdenciária pré e pós-EC nº 20, emenda que transmudou o paradigma de aposentação de tempo de serviço para tempo de contribuição, assegura o cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz para fins de aposentadoria até que a lei discipline a matéria, o que ainda não ocorreu.

Ocorre que a União, sob o pretexto de dar cumprimento à legislação previdenciária, seja pela publicação do Dec. nº 6.722 ou do Enunciado da Súmula AGU nº 24, ambos de 2008, firmou orientação no sentido de não restringir o debatido direito independentemente do período em que houve a prestação de serviços, se antes ou depois da EC nº 20, mas fixou critério não previsto na legislação, segundo o qual referido direito apenas será assegurado caso haja comprovação de vínculo empregatício, além da retribuição pecuniária.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Quanto à orientação jurisprudencial dos Tribunais Superiores, notou-se divergência consubstanciada na exigência de comprovação de vínculo empregatício por parte de alguns julgados do STJ e da redação atual da Súmula TCU nº 96, ao passo que julgados recentes do STF, TNU, TCU e alguns do STJ admitem o cômputo do tempo escolar de aluno aprendiz como tempo de serviço público para os fins de Direito mediante mera comprovação de retribuição pecuniária ou *in natura* decorrente da elaboração de encomendas feitas por terceiros às escolas federais profissionais.

Ante a citada divergência jurisprudencial, verificou-se que inexistente a possibilidade de constituição de vínculo de trabalho entre o aluno aprendiz e a escola federal profissional, já que aludida relação jurídica é de natureza de ensino, e não empregatícia, não obstante a possibilidade daquele de optar por participar da execução de encomendas de terceiros e, por conseguinte, ser remunerado pela realização de tal atividade.

Assim, após análise da legislação, da jurisprudência e de escassa doutrina sobre o tema, constata-se que o tempo de serviço de aluno aprendiz de escola federal profissional deve ser computado para fins de aposentadoria, desde que comprove o labor decorrente da execução de encomendas feitas por terceiros, a título de trabalho prático escolar, retribuídas *in natura* ou pecuniariamente à conta do orçamento federal ou diretamente pelos terceiros, desde que prestado até que a lei discipline a matéria para fins do disposto no art. 4º da EC nº 20/1998, não bastando o simples recebimento de alimentação, fardamento, material escolar ou mesmo de auxílio financeiro, já [que] deve ser comprovada a execução de atividades com vistas a atender encomendas de terceiros.”

30. Diante do exposto, o preclaro autor do artigo conclui no sentido de que, *“a fim de pacificar o entendimento sobre a matéria, sugere-se a adoção do entendimento segundo o qual é assegurado o direito ao cômputo do tempo de serviço de aluno aprendiz em escola federal profissional para fins de aposentadoria, até que lei discipline a matéria nos termos do art. 4º da EC nº 20/1998, desde que comprovada, mediante emissão de certidão de tempo de serviço pelo estabelecimento escolar, a retribuição pecuniária ou in natura, consistente em alimentação, fardamento ou material escolar.”*

31. Como visto, a suscitada divergência jurisprudencial entre TCDF e TCU acerca do reconhecimento do direito à contagem de tempo de estudo em escola pública profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários não se limita a essas duas Cortes de Contas, pois observada, igualmente, nos tribunais superiores pátrios, até internamente, com o agravante de que nem mesmo encontra unicidade de entendimento no âmbito do STJ, a Corte da Cidadania, **a quem compete assegurar, efetivamente, a uniformidade à interpretação da legislação federal, vale frisar, a definição última do tema.**

32. Desse modo, entende-se que o fato de o TCU ter alterado o entendimento paradigma no passado para o TCDF (Súmula nº 96, em sua redação original) a teor do Acórdão nº 2.024/2005-Plenário, não a respeito da possibilidade



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

de averbação do tempo como aluno-aprendiz, mas apenas quanto à forma de comprovação, não se revela motivo suficiente para que esta Corte de Contas distrital venha perfilhar os requisitos preconizados naquele aresto, ou mesmo rediscutir os fundamentos que conduziram à sua orientação normativa sobre o tema explicitada no atual Manual de Aposentadoria e Pensão Civil (Capítulo 2 do Título VIII<sup>45</sup>).

33. Aliás, não é despiciendo lembrar que o c. STF, ao examinar a matéria (incidência de orientação normativa alterada), posicionou-se no sentido de que a nova exegese fixada pelo TCU não poderia ser aplicada às aposentadorias anteriormente concedidas<sup>46</sup>.

34. A propósito, no âmbito desta Corte de Contas distrital, em atenção ao entendimento do Pretório Excelso quanto à impossibilidade de retroação de nova interpretação a concessões que a precederam, e também em homenagem à segurança jurídica, não se tem obstaculizado o cômputo de tempo de aluno-aprendiz averbado com base em certidão formalizada de acordo com a ótica prevalecente neste Tribunal, conquanto fosse inaceitável caso cotejado seu conteúdo com os requisitos mais gravosos estampados no Acórdão TCU nº 2.024/2005-Plenário, a exemplo do que foi verificado ao ensejo do exame da concessão tratada nos autos do Processo TCDF nº 35335/2015-e<sup>47</sup>.

35. Cabe também assinalar que não se vislumbra inovação legislativa ou regulamentar sobre a questão de fundo cujas interpretação e aplicação pudessem despertar dúvida passível de ser respondida em sede de consulta, tampouco nova orientação hermenêutica proveniente dos tribunais superiores pátrios capaz de ensejar a revisão do entendimento normativo prevalecente nesta Casa a respeito da matéria, até porque, neste caso, como visto, revela-se igualmente destituída de uniformidade.

---

<sup>45</sup> Considerando-se válido, para efeitos de complementação de tempo serviço objetivando o benefício da aposentadoria, o período de frequência prestado como aluno-aprendiz em escola pública profissional, de forma não-eventual, desde que tenha recebido retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária (Processo TCDF nº 1017/1987, S.O. nº 2412, de 16.06.1987), admitindo-se, por igual, como retribuição pecuniária, o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação (Processo TCDF nº 122/1993, S.O. nº 3252, de 05.06.1997). Isso, no caso de períodos de aprendizado profissional precedentes à entrada em vigor da EC nº 20/98 (16.12.1998), pois, a partir de então, passou-se a exigir contribuição previdenciária, em face do caráter contributivo do regime de previdência imposto por essa emenda.

<sup>46</sup> “**AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO COMO ALUNO-APRENDIZ EM ESCOLA TÉCNICA. CÔMPUTO PARA APOSENTADORIA. LEGALIDADE. MUDANÇA DE ORIENTAÇÃO DA CORTE DE CONTAS QUANTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS, APÓS A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.** I – A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se, em casos idênticos ao que ora se analisa, pela legalidade do cômputo do tempo prestado como aluno-aprendiz para fins de aposentadoria. II – A nova interpretação da Súmula 96 do TCU, firmada no Acórdão 2.024/2005, não pode ser aplicada à aposentadoria concedida anteriormente. III – Agravo regimental improvido.” (MS 28.399-AgR/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI)

<sup>47</sup> No caso concreto, a certidão apresentada, certificando tempo bruto prestado como aluno-aprendiz, desatendia a exigência de que “**as certidões emitidas devem considerar apenas os períodos nos quais os alunos efetivamente laboraram, ou seja, indevido o cômputo do período de férias escolares**”, conforme assentado no item 9.3.3 da aludida deliberação do TCU.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

36. Nesse contexto, em atendimento ao atual posicionamento deste e. TCDF, bem como ao entendimento do Pretório Excelso quanto à impossibilidade de aplicação de nova interpretação a aposentadorias anteriormente concedidas, entende-se que a análise da presente consulta deva restringir-se a apresentar resposta às questões formuladas pela PCDF, com vistas a subsidiar, no âmbito distrital, o reconhecimento, como tempo de serviço/contribuição, de período escolar de aluno-aprendiz em escola pública profissionalizante, para fins previdenciários, o que adiante passamos a tratar.

37. Passando às indagações do órgão consulente, primeiramente, quanto ao *“que se entende por escola profissionalizante, no âmbito das instituições de ensino do Distrito Federal e de outras unidades da federação, cuja certidão de tempo escolar sirva para fins de averbação como tempo de serviço?”*, carece investigar a legislação correspondente à aprendizagem profissional, com foco de análise direcionado à identificação das instituições de ensino qualificadas em formação técnico-profissional de nível médio e que possuam natureza jurídica de direito público, para, dessa forma, lograrem enquadrar-se no conceito de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL, o qual não se encontra normativamente definido, devendo, assim, ser descortinado pelo intérprete.

38. Nesse passo, assinale-se, de início, que a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42), em seu art. 59<sup>48</sup>, dispunha que **as escolas industriais e técnicas** poderiam ser mantidas e administradas: a) sob a responsabilidade da União (federais); b) **pelos Estados ou pelo Distrito Federal, autorizadas pelo Governo Federal (equiparadas)**; e c) pelos Municípios ou por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito privado, autorizadas pelo Governo

---

<sup>48</sup> “Art. 59. Além das escolas industriais e escolas técnicas federais, mantidas e administradas sob a responsabilidade da União, poderá haver duas outras modalidades desses estabelecimentos de ensino: os equiparados e os reconhecidos. (renumerado pelo Decreto Lei nº 8.680, de 1946)”

§ 1º Equiparadas serão as escolas industriais ou escola técnicas mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizadas pelo Governo Federal.

§ 2º Reconhecidas serão as escolas industriais ou escolas técnicas mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizadas pelo Governo Federal.

§ 3º Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, ao estabelecimento do ensino, cuja organização, sob todos os pontos de vista, possuir as imprescindíveis condições de eficiência.

§ 4º A equiparação ou reconhecimento será concedido com relação a um ou mais cursos de formação profissional determinados, podendo, mediante a necessária verificação, estender-se a outros cursos também de formação profissional.

§ 5º A equiparação ou reconhecimento será suspenso ou cassado, para um ou mais cursos, sempre que o estabelecimento de ensino, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar a existência das condições de eficiência imprescindíveis.

§ 6º O Ministério da Educação exercerá inspeção sobre as escolas industriais e escolas técnicas equiparadas e reconhecidas, e lhes dará orientação pedagógica.

§ 7º Escolas industriais ou escolas técnicas federais, não incluídas na administração do Ministério da Educação, deste receberão orientação pedagógica.

§ 8º Só poderão funcionar sob a denominação de escola técnica ou escola industrial os estabelecimentos de ensino industrial mantidos pela União e os que tiverem sido reconhecidos ou a eles equiparados. (incluído pelo Decreto Lei nº 8.680, de 1946)”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Federal (reconhecidas). Igualmente assim dispunha a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46), em seu art. 54<sup>49</sup>.

39. Avançando bastante no tempo, importa conferirmos a Instrução Normativa nº 77/INSS/PRES, de 2015, que expõe no art. 76 e seguintes os requisitos para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários dos períodos de aprendizado profissional na condição de aluno-aprendiz, com especial destaque a dispositivos (negritados) que discriminam os estabelecimentos oficiais aptos a ministrarem ensino público técnico-profissional e emitirem respectivas certidões, *verbis*:

“Art. 76. Os períodos de aprendizado profissional realizados até 16 de dezembro de 1998, data da vigência da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, serão considerados como tempo de serviço/contribuição independentemente do momento em que o segurado venha a implementar os demais requisitos para a concessão de aposentadoria no RGPS, podendo ser contados:

I - os períodos de frequência às aulas dos aprendizes matriculados em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias;

II - o tempo de aprendizado profissional realizado como aluno aprendiz, em escolas industriais ou técnicas, com base no Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), a saber:

a) período de frequência em escolas técnicas ou industriais mantidas por empresas de iniciativa privada, desde que reconhecidas e dirigidas a seus empregados aprendizes, bem como o realizado com base no Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952, em curso do Serviço Nacional da Indústria - SENAI, ou Serviço Nacional do Comércio - SENAC, ou instituições por eles reconhecidas, para formação profissional metódica de ofício ou ocupação do trabalhador menor; e

b) período de frequência em cursos de aprendizagem ministrados pelos empregadores a seus empregados em escolas próprias para essa finalidade ou em qualquer estabelecimento de ensino industrial;

**III - os períodos de frequência em escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal, escolas equiparadas ou reconhecidas, desde que tenha havido retribuição pecuniária à conta do orçamento respectivo do Ente Federativo, ainda que fornecida de maneira indireta ao aluno, observando que: (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 85, de 18/02/2016)**

<sup>49</sup> “Art. 54. Além dos estabelecimentos de ensino agrícola federais, que serão os mantidos e administrados sob a responsabilidade direta da União, poderá haver no País duas outras modalidades desses estabelecimentos de ensino: os equiparados e os reconhecidos.

§ 1º Equiparados serão os estabelecimentos de ensino agrícola mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

§ 2º Reconhecidos serão os estabelecimentos de ensino agrícola mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

a) só poderão funcionar sob a denominação de escola industrial ou escola técnica os estabelecimentos de ensino industrial ou técnico mantidos pela União e os que tiverem sido reconhecidos ou a eles equiparados (incluído pelo Decreto-Lei nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946); (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 85, de 18/02/2016)

**b) entende-se como equiparadas as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942); e**

c) entende-se como reconhecidas as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942).

Art. 77. Os períodos citados no art. 76 serão considerados, observando que:

I - o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, vigente no período compreendido entre 30 de janeiro de 1942 a 15 de fevereiro de 1959, reconhecia o aprendiz como empregado bastando assim a comprovação do vínculo;

II - o tempo de aluno aprendiz desempenhado em qualquer época, ou seja, mesmo fora do período de vigência dos dispositivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, de que trata o tema, somente poderá ser considerado como tempo de contribuição desde que comprovada a remuneração e o vínculo empregatício, conforme Parecer MPAS/CJ nº 2.893, de 12 de novembro de 2002; e

III - considerar-se-á como vínculo e remuneração a comprovação de frequência e os valores recebidos a título de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros, entre outros.

Art. 78. A comprovação do período de frequência em curso do aluno aprendiz a que se refere o art. 76, far-se-á:

I - por meio de certidão emitida pela empresa quando se tratar de aprendizes matriculados em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias;

II - por certidão escolar nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas a que se refere o inciso II do art. 76, na qual deverá constar que:

a) o estabelecimento era reconhecido e mantido por empresa de iniciativa privada;

b) o curso foi efetivado sob seu patrocínio; ou

c) o curso de aprendizagem nos estabelecimentos oficiais ou congêneres foi ministrado mediante entendimentos com as entidades interessadas.

III - por meio de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, na forma da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, e do Decreto nº 85.850, de 30 de março de 1981, quando se tratar de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas citadas nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 76, nos casos de entes federativos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

estaduais, distritais e municipais, desde que à época, o Ente Federativo mantivesse RPPS;

IV - por meio de certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas a que se refere o inciso III do caput, desde que à época, o ente federativo não mantivesse RPPS, devendo constar as seguintes informações:

- a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição;
- b) o curso frequentado;
- c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno aprendiz; e
- d) a forma de remuneração, ainda que indireta.

Parágrafo único. Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso IV do caput, deverá restar comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942" (g.n.)

40. Também contribui para solução deste tópico disciplina respeitante à temática do aprendiz prevista no Decreto nº 9.579, de 22.11.2018<sup>50</sup>, mais especificamente, em seu art. 50<sup>51</sup>, que **considera entidades qualificadas em formação técnico-profissional do aprendiz**: a) os serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC e outros); **b) as escolas técnicas e agrotécnicas de educação**; e c) as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.

41. Nesse contexto, devidamente ponderados todos os preceitos normativos antes aduzidos, é possível responder à primeira indagação do órgão consulente nos seguintes termos:

- para efeito do reconhecimento de períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários, **enquadram-se no conceito estrito de**

---

<sup>50</sup> **Consolida atos normativos** editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente **e do aprendiz**, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. (g.n.)

<sup>51</sup> "Art. 50. Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - os serviços nacionais de aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop;

II - as escolas técnicas e agrotécnicas de educação; e

III - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente."



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

**ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL** as escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas na Lei nº 11.892/08), escolas equiparadas (mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal) ou reconhecidas (mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal).

42. A título apenas exemplificativo de instituição de ensino profissional hoje integrada à rede pública de educação do Distrito Federal, que se enquadraria no sobredito conceito, à toda evidência, nos termos do Decreto-Lei nº 9.613/46, cita-se a antiga Escola Agrotécnica Federal de Brasília, vinculada, originalmente, ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, ao então Ministério da Educação e Cultura, quando passou a se denominar Colégio Agrícola de Brasília (CAB). Ao ser criada em 1959, tinha por objetivo ministrar cursos regulares do antigo ginasial e colegial profissionalizante agrícola.

43. Superado o primeiro questionamento, busca-se agora responder a seguinte indagação: *“O que deve conter a certidão escolar emitida pela escola para fins de cômputo de tempo de serviço?”*.

44. A resposta a esse quesito, salvo melhor juízo, pode ser alcançada subsidiando-se de disciplina correspondente estatuída no retrotranscrito art. 78 da Instrução Normativa nº 77/INSS/PRES, de 2015, voltada para os segurados da Previdência Social que pretendam averbar tempo desempenhado como aluno-aprendiz até 16.12.1998 (data da vigência da EC nº 20/98), assim dispondo a respeito da forma e conteúdo das certidões porventura emitidas por escolas públicas profissionalizantes:

- Certidão de Tempo de Contribuição, na forma da Lei nº 6.226/75 e do Decreto nº 85.850/81, quando se tratar de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, desde que, à época, o ente federativo mantivesse RPPS (inciso III do art. 78);
- Certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, desde que, à época, o ente federativo não mantivesse RPPS, devendo constar as seguintes informações: a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073/42); b) o curso frequentado; c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz; e d) a forma de remuneração, ainda que indireta (inciso IV e parágrafo único do art. 78).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

45. Para o presente estudo, porém, a fim de prestarmos orientação uniforme aos jurisdicionados desta Corte de Contas, e não apenas ao órgão consulente, por ser matéria de interesse a todo plexo administrativo distrital, é possível adotarmos o teor do segundo dos regramentos acima expostos, com ajustes, em observância ao disposto no Capítulo 2 do Título VIII do Manual de Concessões Civas deste Tribunal (aprovado pela Resolução nº 299/16). Extrai-se então, em resposta ao quesito, o seguinte parâmetro de certidão:

- Certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, devendo constar, necessariamente, as seguintes informações: a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073/42); b) o curso frequentado; c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz; e d) a forma de remuneração, ainda que indireta (*in natura* – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público.

46. Com relação ao último quesito da consulta (*“O que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?”*), não nos parece que esse rol de retribuições deva ser entendido de forma cumulativa, obrigatoriamente. Eventualmente, podem ser incluídas outras prestações pecuniárias indiretas, por exemplo, assistência médica, odontológica, psicológica e farmacêutica, bolsas de estudo, entre outras formas de utilidades, sendo que tal informação, para ser firmada em certidão própria, deverá estar baseada em documentos que comprovem o labor do então estudante com características de colaboração profissional.

47. Demais ver que, conforme dispõe o art. 77, inciso III, da Instrução Normativa nº 77/INSS/PRES, de 2015, para se configurar a “retribuição pecuniária à conta do orçamento”, seria necessário cumular, além de alimentação, fardamento e material escolar, também o recebimento de “parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros”, entre outros. No mesmo sentido, a redação atual do Enunciado de Súmula nº 96 do TCU.

48. No entanto, à luz do entendimento normativo esposado por esta Corte de Contas, a comprovação da retribuição pecuniária *in natura* (uniforme, material e alimentação - ali admitidos, ao nosso ver, apenas a título exemplificativo), às despesas do orçamento público, dispensa a efetiva percepção de renda pelo aluno como contraprestação pelos produtos/serviços fornecidos a terceiros.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

49. De qualquer sorte, entende-se que a análise do requisito em questão (retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária) deve ser realizada a cada caso, de acordo com as informações consignadas na certidão de frequência escolar examinada, para efeito de verificar se atende à jurisprudência prevalecente nesta seara de controle externo.

50. Por derradeiro, cumpre assinalar que uma possível mudança de orientação no âmbito deste Tribunal, à vista do entendimento mais rígido do TCU no tocante aos requisitos para contagem do aludido tempo escolar para fins de aposentadoria, não implica, necessariamente, a vinculação desta Corte de Contas às diretrizes traçadas por aquela Corte federal, mas sim uma eventual evolução em nosso entendimento a respeito da matéria. Caso isso ocorra, alerta-se para o entendimento do colendo STF quanto à impossibilidade de aplicação de nova interpretação a concessões de aposentadorias/reformas/pensões que a precederem.

51. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

- I. conhecer da consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, a critério do Conselheiro relator, posto que satisfaz, sob ressalvas, os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;
- II. responder ao órgão consulente, sob observação de que a deliberação que vier a ser adotada neste feito não constitui prejulgamento do fato ou caso concreto, que, no tocante aos questionamentos feitos nos presentes autos, observando-se que a jurisprudência de nossos Tribunais (especialmente, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência e Tribunal de Contas da União) oscila para reconhecer o direito ao cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz de escola pública profissional para fins de aposentadoria, ora mediante simples comprovação da retribuição pecuniária à conta do orçamento público, ora exigindo, concomitantemente, a presença da remuneração, ainda que indireta, e do vínculo empregatício:
  - a) reafirma-se o entendimento constante no Manual de Aposentadoria e Pensão Civil do TCDF (Capítulo 2 do Título VIII), no sentido de se considerar válido, para efeitos de complementação de tempo serviço/contribuição objetivando o benefício da aposentadoria, o período de frequência como aluno-aprendiz em Escola Pública Profissional, quando passado de forma não-eventual e tenha havido:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO**

- a.1) retribuição pecuniária à conta do orçamento público (dotação orçamentária do respectivo ente federativo), se o tempo referir-se a períodos anteriores a 16.12.1998, data da vigência da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, admitindo-se, como retribuição pecuniária, o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação, entre outras formas de utilidades;
- a.2) contribuição previdenciária se o tempo de aluno-aprendiz for relativo a período posterior à entrada em vigor da EC nº 20/98, em face do caráter contributivo do regime de previdência imposto por essa emenda;
- b) para efeito do reconhecimento de períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários:
  - b.1) **enquadram-se no conceito estrito de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL** as escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas, atualmente, na Lei nº 11.892/08), escolas equiparadas ou reconhecidas, entendendo-se:
    - b.1.1) **como equiparadas**, as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do art. 59 do Decreto-Lei nº 4.073/42, replicada, com adaptação, pelo art. 54 do Decreto-Lei nº 9.613/46); e
    - b.1.2) **como reconhecidas**, as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Municípios e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do art. 59 do Decreto-Lei nº 4.073/42, replicada, com adaptação, pelo art. 54 do Decreto-Lei nº 9.613/46);
  - b.2) admite-se certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência nas escolas referidas no subitem anterior, devendo constar, necessariamente, as seguintes informações:
    - b.3.1) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

conforme art. 59, § 8º, do Decreto-Lei nº 4.073/42, incluído pelo Decreto-Lei nº 8.680/46);

b.2.2) o curso frequentado;

b.2.3) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz, bem como os afastamentos dedutíveis porventura ocorridos, como, por exemplo, período de férias escolares;

b.2.4) a forma de remuneração, ainda que indireta (*in natura* – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público;

b.3) o requisito referente à “retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária” pode ser considerado atendido por certidão que ateste o recebimento pelo então estudante de remuneração à conta do orçamento público e/ou salário indireto, este, representado por alimentação, fardamento/uniforme, material escolar, atendimento médico-odontológico e pousada, entre outras formas de utilidades, não sendo, pois, exaustivo, tampouco cumulativo, esse rol de retribuições;

- III. dar ciência aos demais órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal da decisão que vier a ser proferida nos autos, tendo em vista a necessidade de uniformizar a análise e o tratamento a serem conferidos às certidões porventura apresentadas por seus servidores efetivos que atestem períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários; e
- IV. autorizar o retorno do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.

À consideração superior.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

**Cláudio Roberto Pinto Ribeiro**  
Auditor de Controle Externo  
Matr. nº 417-1